



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 64

Sessão Ordinária Setembro

1.º Reunião em 10/09/2021

Aos dez dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Débora Eunice Silveira Lopes, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Manuel Vieira dos Santos, João Manuel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltaram os Vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Raúl Ventura Martins e o Presidente de Junta António Augusto Cruz de Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa. Faltou a Vereadora Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

O sucedâneo nas listas de candidatura, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre

Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e João Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão por Débora Eunice Silveira Lopes, João Bastos de Figueiredo, Daniela Carla Sousa Pinto, e Manuel Vieira dos Santos, respectivamente.⁰⁰²

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos serviços para consulta.

Presidente da Mesa:

“Senhores deputados como é conhecimento de todos faleceu o ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, a quem Portugal fica a dever relevantes serviços. Uma personalidade solidária empenhada em múltiplas causas cívicas, a começar pela luta pela liberdade que hoje todos usufruímos, e terminando com o seu percurso de grande preocupação com os mais vulneráveis, nomeadamente com o problema cada vez mais grave dos refugiados. Nesse sentido todos os Partidos e a Mesa, apresenta, então um voto de pesar e peço que depois façamos um minuto de silêncio.”

Voto de Pesar: - Continuando colocou à consideração do Plenário um voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da República, Jorge Fernando Branco de Sampaio, ocorrida hoje mesmo, 10 de setembro de 2021, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. De seguida fez-se um minuto de silêncio.⁰⁰³

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. Não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 61 – Sessão Ordinária Junho – 1.ª sessão realizada em 25-06-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, João Carlos Rodrigues Morgado, e António Augusto Cruz de Aguiar.

Acta n.º 62 – Sessão Ordinária Junho – 2.ª sessão realizada em 05-07-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e Pedro Machado Pires da Rosa, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Marília Fernanda Correia Martins, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva.

Acta n.º 63 – Sessão Extraordinária em Julho – Sessão realizada em 12-07-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos e Rita Alexandra Monteiro Batista, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e votação da 2ª Revisão do Plano e Orçamento 2021;**
- Ponto 2 – Apreciação e votação da Alteração do Mapa de Pessoal 2021-
Recrutamento de Trabalhadores - Necessidades Permanentes dos
Serviços e no âmbito da Descentralização de Competências na Área da
Educação (Pessoal não docente);**
- Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta “Recolha Seletiva Porta-a-Porta
(PaP) de Biorresíduos no Setor não Doméstico e Respetiva Campanha
de Sensibilização e Educação Ambiental” – Abertura de Procedimento
por Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na Cláusula 22.ª do
Programa de Procedimento do Concurso Público Internacional n.º
07/17 – “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos
Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana”;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta "Beneficiação de Arruamentos na
Freguesia de Cacia e no Lugar de Nariz" - Autorização para a
assunção de compromissos plurianuais;**
- Ponto 5 – Informação sobre a Atividade Municipal de 22JUN21 a 06SET21.**

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida o Presidente da Mesa informou que não havia munícipes inscritos para intervir no período regimental da intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Continuando, o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental⁰⁰⁷ de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Permita vexa que o PAN complemente este minuto de silêncio e assinale com tristeza o falecimento do Dr. Jorge Sampaio. Uma das

mais elevadas personalidades políticas da sua geração. Um homem bom, de perfil discreto e paradigmático, um cavalheiro que ficará na história do nosso país. Não temos forma nestes breves minutos enunciar tudo o que ele de bom fez. Mas gostaríamos de salientar a forma extraordinária como exerceu os cargos que a ONU lhe confiou. Enviado especial para a luta contra a tuberculose, alto representante da ONU para a aliança das civilizações, e a sua plataforma global para os estudantes Sírios que fundou em 2013, com objectivo de ajudar milhares de jovens Sírios sem acesso à educação. Anuncia-se hoje que as suas últimas palavras foram dirigidas às mulheres do Afeganistão. Esse olhar sempre direccionado para os mais frágeis e para os que sofrem, talvez seja o grande legado que o Presidente Jorge Sampaio nos deixa. A toda a sua família e ao Partido Socialista expressamos as nossas sentidas condolências. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE):[009](#)

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Senhor Presidente, estamos aqui na última sessão da assembleia municipal deste mandato, sabemos que o novo ciclo eleitoral se aproxima e, portanto, o tempo de campanha apesar de não oficial já decorre, mas não podemos deixar de condenar o que tem sido a ação da Câmara, pela ação do Senhor Presidente de Câmara nas últimas semanas em tudo o que é inauguração. Com um propósito que nos parece descabido para o momento eleitoral que se aproxima.

Condenamos o uso de meios institucionais para tal fim. Condenamos a inauguração de obras consensuais e que com o dinheiro de todos e de todas as pessoas que vivem em Aveiro. E, portanto, este tipo de atitude em clima pré-eleitoral, parece-nos descabido e temos que o condenar. Obviamente que um presidente de Câmara que se recandidata não deixa de ser presidente de Câmara e não deixa de ser candidato. Mas como candidato seria preferível ouvir-lhe mais propostas do que foi o seu trabalho enquanto Presidente e nunca usando obras conflituosas, mas sempre como uma mais valia na sua atuação de recandidato. E por isso deixamos aqui o nosso voto de condenação quanto a essa forma de estar de presidente da câmara. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Uma primeira palavra pelo falecimento do Presidente Jorge Sampaio. Acho que quando alguém desaparece e é consensual da opinião de todos os que com ele conviveram, está tudo dito e não há muito mais a acrescentar. Também nós apresentamos as nossas condolências à família e ao partido socialista. É uma vida que termina.

Relativamente áquilo que nos traz aqui agora, relativamente ao que já foi dito, um cumprimento de agradecimento e de despedida àqueles que nos vão deixar. Cumprimento também à equipa da assembleia municipal pelo apoio que nos deu, à equipa centro de congressos que nos recebeu neste tempo de pandemia, a todos muito o obrigado.

Também à Mesa, muito obrigado por nos aturarem. Nós também por vezes não facilitamos a vida e obrigado pelo vosso trabalho e uma palavra de despedida àqueles que cessam funções nos diversos órgãos autárquicos. Este é um concelho muito pequeno com certeza que nos vamos encontrando por aí. Outros virão para os lugares dos que vão sair e serão bem-vindos certamente onde procurarão fazer o melhor por Aveiro. Disse.”

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Senhor Presidente, caros colegas, o propósito da minha intervenção aqui hoje, no fundo é para assinalar o fim das minhas funções enquanto autarca. As referências ao falecimento do senhor Presidente Jorge Sampaio foram feitas pelo Francisco Picado que lidera a nossa bancada, mas eu não queria deixar, no entanto, de exprimir a minha tristeza por essa referência política que tem no Partido Socialista.

Mas, enfim, ao término do meu mandato, foram 16 anos seguidos nos órgãos autárquicos. Tive um mandato como vereador e termino agora o terceiro mandato na Assembleia Municipal.

Alguns dos que aqui estão, acompanharam-me no périplo desses 16 anos e, ao que parece, ainda alguns deles encontram energia e vontade para continuar ainda mais um mandato, de irem à vintena de anos como eleitos locais.

A Constituição da República é clara e permite que isso possa acontecer nos órgãos deliberativos, mas assim já não é nos órgãos executivos. Mas é meu entendimento que 3 mandatos na Assembleia Municipal são suficientes para emprestar a minha energia e o meu modesto saber, a um desígnio maior que é o interesse público da nossa comunidade aveirense. E o Partido Socialista tem obviamente um elenco de personalidades que preenchem muito bem o lugar que agora vou deixar. Deixo-o por vontade própria, em consonância com a direção do meu Partido. Não abandonarei naturalmente a minha intervenção cívica, não abandonarei a minha intervenção política, apenas deixo de a fazer no âmbito deste órgão. E, por isso, quero ter uma primeira palavra de agradecimento. Agradecimento aos autarcas que estão aqui hoje e aos que estiveram nos mandatos anteriores e a todos quantos têm o interesse por defender aqui neste órgão, que amplia a pluralidade das vontades dos aveirenses. Quero agradecer-lhes a todos.

Agradecer também à equipa que acompanha a Assembleia Municipal há tantos e tantos anos, com uma ligação afetiva ao Dr. Cartaxo, à D. Teresa e aos outros que cá estiveram anteriormente. A equipa do Centro de Congressos que também conheço de há tantos e tantos anos e quem quero também deixar uma palavra de estímulo e de amizade. E também agora, quem mais recentemente, consegue estar aqui tecnicamente a projetar-nos nas redes sociais e também a colocar a Assembleia Municipal mais perto das pessoas.

Estes 16 anos de mandatos, foram feitos integralmente na oposição. E fazer oposição é difícil. E fazer oposição no Poder Local ainda é mais desafiante por diversas razões, mas há uma que eu queria destacar, porque me parece muito importante e é uma pedra angular da defesa do nosso sistema democrático — e nós todos temos obrigação de cuidar dele.

Eu lembro-me que, no meu primeiro ano de vereador (há 16 anos), o conjunto de jornalistas que trabalhavam no final das reuniões de Câmara era incomensuravelmente superior ao que hoje acontece — e isso é preocupante. Os órgãos de comunicação social são menos e, portanto, a amplificação do debate e da dialética política sai penalizada e a ampliação do campo de debate também sai diminuído.

Os profissionais de comunicação social são fundamentais para a democracia. Os profissionais da comunicação social em Aveiro são fundamentais para a democracia no nosso município. E, por isso, a eles, eu queria prestar a minha homenagem porque sei que trabalham com dificuldade, com abnegação, e procuram fazer o melhor trabalho possível. E, portanto, era essa palavra de estímulo que eu queria deixar.

Para terminar, queria deixar um cumprimento ao Senhor Presidente da Mesa e recordar uma pequena história do início deste mandato em 2017 e que é bem o espelho da riqueza, da pluralidade, nosso poder local.

No dia em que tomámos posse no Salão Nobre dos Paços do Concelho houve uma fotografia, que para mim é uma memória que é já uma memória querida, enfim, em que

figurava eu (o menos relevante), mas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o meu querido amigo Jorge Greno e o meu querido amigo Francisco Picado. 4 pessoas, 3 Partidos diferentes, todos da mesma rua, com idades diferentes, mas todos da mesma rua e todos com um designio igual — defender os interesses de Aveiro ainda que com perspetivas diferentes. Aliás, ideologicamente muito distantes. Mas é nesta riqueza e nesta pluralidade, nesta construção de pontes, que se devem construir as melhores soluções para os problemas das pessoas.

E é esse o meu grande desejo. É que o próximo mandato seja mais propenso à construção de pontes, a um diálogo mais forte, a um comprometimento ainda mais profundo, entre as várias vontades políticas, entre as várias sensibilidades, porque o interesse geral da nossa comunidade assim o reclama. Muito obrigado a todos e um cumprimento a todos também que nos acompanham em casa.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos e também os que nos vêem em casa. A primeira obviamente é para o falecimento do Presidente Jorge Sampaio. Para além de tudo o que já foi dito há um aspecto que me parece determinante nos dias que correm. Para além de todas as suas funções e de todas as obras extra vida política que nos proporcionou, eu gostaria de relembrar a forma como o fez.

E é esse um dos legados que ele nos deixa. Demonstra que é possível em divergência, mantermos serenidade, discordarmos em prol do bem comum, apesar de termos algo que nos distingue, mas apesar termos muito mais coisas que nos unem.

E, portanto, a devida vénia ao Presidente Jorge Sampaio, para além de tudo aquilo que obviamente já foi dito, relativamente à sua obra.

Estamos na última sessão da Assembleia Municipal, obviamente que esta sessão é essencialmente dedicada a isso mesmo. A encerrar este ciclo. E por isso cumpre-me em primeiro lugar em meu nome pessoal agradecer aos colegas da bancada do partido socialista que me acompanharam nestes 4 anos. Portanto o meu muito obrigado por todo o trabalho que desenvolvemos enquanto bancada. Também em nome da bancada do partido socialista, endereçar os cumprimentos a todos os deputados municipais, sem exceção e um cumprimento especial ao Senhor Presidente e à Mesa que conduziu os trabalhos dentro daquilo que foi obviamente a sua sabedoria e a sua competência em dirigir algo que nem sempre é fácil de levar a bom porto.

Ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu executivo, também, obviamente, os agradecimentos. É sempre importante perceber que, independentemente das nossas opções, quem presta serviço à causa pública merece sempre uma palavra de agradecimento. Porquê? Porque para além da sua vida normal, para além da sua vida comum, ainda dedica tempo a trabalhar em prol dos outros e, por isso, gostava também de deixar uma palavra de especial apreço, sem os discriminar negativamente, antes pelo contrário, discriminados positivamente a todos os membros da Assembleia Municipal que tem uma dupla função, que são membros de uma assembleia municipal e que são presidentes das juntas de freguesia. Porque exercem o seu trabalho por excelência em proximidade ou na maior proximidade possível junto dos cidadãos. Sem exceção nenhuma o meu cumprimento a todos os presidentes junta de freguesia ou os seus representantes que se encontram aqui presentes.

Para terminar um cumprimento àqueles que nós não vemos. Ou melhor, que nós vemos, mas muitas vezes não são vistos. A equipa de apoio à Assembleia Municipal, muito obrigado, na pessoa do Dr. Cartaxo, que obviamente também nos acompanha aqui há mais 12 anos. Portanto, obrigado por todas as diligências e por ter capacidade de muitas vezes olear

processos que são compulsivos, obrigatórios, mas que fazem parte deste trabalho. E a todos aqueles que nós não vemos efetivamente. A equipa do Centro de Congressos e a toda uma máquina, a todo um conjunto de pessoas que estão no anonimato, mas que fazem com que funcione a autarquia, como funciona a Assembleia Municipal, como todos em conjunto, vereadores, deputados, presidentes de junta, conseguimos prestar um serviço a Aveiro, que é verdadeiramente o propósito da nossa participação na vida política. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos. Gostava de deixar também uma nota de agradecimento pela forma como decorreram os trabalhos deste mandato. Cumprimentar os serviços de apoio, dos serviços do centro cultural, os serviços da gravação, os jornalistas e o público presente, o executivo e a Mesa na forma como dirigiu os trabalhos. Nesta intervenção queria também deixar um voto especial, um voto de agradecimento aos membros do executivo que deixam de existir, no caso o Senhor vereador da oposição, o senhor João Sousa. Da Rosário Carvalho (são mais os nossos) e da Rita Carvalho, pela sua disponibilidade, dedicação, habilidade e cortesia sempre nas relações e o seu profissionalismo com que sempre nos trataram. E, claro, não poderia deixar, neste momento, deixar também um abraço de despedida à pessoa do Jorge Ratola, que para nós é sempre o Jorge do PSD. O Jorge é mais que o vice-presidente da Câmara para esta bancada. O Jorge é um dos nossos. É uma relação de amizade pessoal com mais de 30 anos. Para ele, queria deixar um abraço de admiração e dedicação a todos os quatro. E queria também essencialmente, nos bons trabalhos prestados por todos, por Aveiro e pelos aveirenses. Mas a vida faz-se de continuidades e descontinuidades. E nós da bancada do PSD vamos continuar a acreditar num Presidente, numa equipa e num projeto em prol de Aveiro e dos aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Senhor Presidente muito obrigado. Boa noite a todos. Eu quero em primeiro lugar associar-me ao momento de pesar que todos vivemos aqui. O Presidente Sampaio para mim sempre foi uma pessoa muito especial. Tive o privilégio de a seu convite fazer uma visita de estado ao Canadá em 2001, de dez dias. Foram 10 dias de convívio permanente e isso tornou a nossa relação política e pessoal muito forte e sempre muito viva.

Trabalhamos muito dossiers, uns bem outros mal, mas sempre como a vida é, de coisas boas e coisas más, mas obviamente fica-me a memória de um homem de excelência, e guardo dele aquilo que de bom se guarda e que fez parte da nossa vida e obviamente estamos a falar da vida pessoal, mas estamos a falar que fez parte da nossa vida colectiva de uma forma muito marcante. E é muito importante, quis ser autarca – é bom não esquecer isso. Obviamente que a função mais importante foi a de presidente da república, mas talvez o maior tempo de aprendizagem que teve na sua vida foi ter sido autarca como nós, presidente da Câmara de Lisboa, e ele sempre gostou de fazer essa referência desse momento especial da vida dele e que obviamente teve uma importância grande para ter sido nosso presidente da república e eu queria deixar também essa referência da sua costela de autarca porque ele nunca a alienou, «sempre a alimentou bem, com reconhecido sucesso como todos temos boa consciência.

Em segundo lugar, eu hoje respeitarei o luto e o que a Aliança com Aveiro fez, de suspender a sua campanha eleitoral. Portanto não usarei em nenhuma minha palavra questões que possam ter a ver com a campanha eleitoral, sou absolutamente cumpridor da suspensão que fizemos, sou Presidente de Câmara, mas também sou candidato e, portanto, terei esse zelo

para garantir o escrupuloso cumprimento da nossa associação ao luto nacional que o Governo muito bem decretou. Embora a sua existência formal se inicie amanhã o que interessa é a existência simbólica e essa nasceu no momento em que tivemos a notícia do falecimento Jorge Sampaio.

Em terceiro lugar deixar uma palavra de agradecimento a todos. A todos. Agradecer a todos os momentos que aqui vivemos, enfim com as nossas sintonias e dessintonias, mas tudo fizemos no cumprimento dos objectivos de bem servir. Na óptica de cada um, na vivência da democracia no nosso município, quero deixar especialmente àqueles que não colocaram a hipótese de continuar em exercício por não serem candidatos. Portanto agradecer a todos nesta última assembleia municipal que aqui vivemos.

Uma nota apenas para a Rita Baptista, para lhe dizer que o Presidente da câmara de Aveiro continuará a ser Presidente de Câmara, no mais escrupuloso cumprimento da lei e da democracia, até aos últimos dias do seu exercício que é o dia em que os nossos sucessores tomam posse. Não alienarei nenhuma das minhas obrigações. Tanto aquelas que são bonitas e gostamos de viver como sejam as inaugurações das obras ou aquelas que são dolorosas como seja dar más notícias a um cidadão quando se aplica uma multa ou uma contraordenação, seja o que for.

A Câmara de Aveiro e o seu Presidente e os colegas que comigo têm competências delegadas, manteremos o nosso exercício em total e absoluta dedicação, no mais rigoroso cumprimento dos valores éticos e legais que fizemos e é assim que faremos. Alguns que vêm fazer ações de campanha em ações oficiais é que terão outra abordagem da democracia, mas essa não é a nossa abordagem da democracia. A nossa é uma abordagem de rigor e é por isso que o presidente da câmara não faz conferências a apresentar projectos para o futuro. Nós temos imensos, mas isso é que a lei proíbe de estar a fazer conferências de imprensa e estar a apresentar o projecto a e o projecto b. Isso é que eu não faço, não posso, não devo, não é legal e ético. Agora registar o trabalho que fazemos e fizemos, obviamente está na lei, é perfeitamente permitido. Agora permitam-me também que ao cabo da minha 5ª recandidatura de presidente de Câmara já saiba bem a lei e os preceitos e já tenha tido as queixas, não foram muitas, à CNE e uma ao Tribunal Constitucional, e de todas sai sem qualquer tipo de mácula. Por isso garantir a todos que seguiremos com lealdade no cumprimento do nosso mandato até ao último dos dias no escrupuloso cumprimento dos valores éticos e legais a que necessariamente nos obrigamos por sermos autarcas. Obviamente deixo esta palavra em meu nome e em nome de todos os colegas que comigo governam o nosso município. Por isso, além do mais, nos pontos desta ordem de trabalhos serei absolutamente contido nas palavras de introdução e nas respostas que farei às questões que forem colocadas. Obrigado.”

Ponto 1 – Apreciação e votação da 2ª Revisão do Plano e Orçamento 2021;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/09/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁶ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Senhor Presidente, farei esta intervenção para introduzir os quatro primeiros pontos da nossa ordem de trabalhos e, portanto, não voltarei a intervir em momentos de introdução. Ponto primeiro. É a segunda revisão que deriva apenas de necessidade de lançarmos em

próximas reuniões de Câmara de Aveiro e de Águeda, o concurso público do projeto do eixo rodoviário Aveiro/Águeda. O nosso Plano e Orçamento não está preparado, não tem rubrica específica, é preciso uma rubrica específica. Não é preciso dotação em 2021, porque, obviamente, adjudicaremos esse concurso já em 2022 e, portanto, temos apenas que preparar o Plano naquilo que é a essência da rubrica e a referenciação dos valores plurianuais que este projeto vai ter.

Portanto, temos este trabalho devidamente concertado entre as duas câmaras municipais, já aprovámos, como é sabido, o agrupamento de entidades adjudicantes, temos os trabalhos de desenvolvimento com a CCDR_C no caso das formalidades que venham a existir no futuro próximo com o PRR (plano de recuperação e resiliência) que é o nosso financiador e, portanto, são actos formais vários que vamos fazendo para se concretizar esta importante obra para o nosso município, para município de Águeda, para a nossa região, e seguramente para o nosso país, dada a importância múltipla em termos urbanos e em termos económicos que esta via vai ter.

O ponto segundo. É apenas ajeitarmos o nosso mapa de pessoal, para podermos contratar os candidatos para assistentes operacionais e assistentes técnicos, do concurso que realizámos e que vamos poder ir buscar a mais do que os números que aprovámos na Câmara e aqui na Assembleia Municipal de forma a preenchermos a 100%. O rácio da Portaria que define o número de assistentes operacionais e assistentes técnicos, que cada escola, que cada agrupamento pode ter. Relembro que no caminho do nosso concurso surgiu uma Portaria nova, que aumentou o número de funcionários destas 2 categorias que os agrupamentos podem ter e também, obviamente, como é natural, existiram pessoas que saíram por aposentação, saíram porque foram trabalhar para outras entidades e, portanto, aquilo que fazemos terminado o concurso que já está fechado, naquilo que são os números, enfim, de referenciação inicial e todas essas pessoas já estão a trabalhar. Um começaram a 15 de Agosto, outras começaram a 1 de Setembro. Vamos agora, obviamente, após a deliberação da Assembleia Municipal, chamar estas pessoas, estes números adicionais que estão referenciados na proposta das duas categorias, para iniciar as suas funções no próximo dia 15 de Setembro. Entretanto, como é óbvio, para as pessoas irem preparando a sua vida, fomos fazendo contactos informais, para que o ato formal do envio da comunicação que, com a aprovação da assembleia municipal acontecerá na próxima segunda-feira. Portanto o nosso mapa de pessoal tem que ter os números corretos, ajustados a esta realidade e daí a proposta. Lembrando apenas que toda esta despesa está suportada em termos financeiros pela transferência financeira que temos do Ministério da Educação e que cobre a 100% da despesa de pessoal da educação que está dentro do rácio. E dou nota que o Ministério da Educação tem sido cumpridor para com a Câmara Municipal de Aveiro e, portanto, seguramente que assim continuará a ser.

Embora, obviamente, com uma despesa superior, bem superior, por força desta contratação.

Com esta decisão também terminamos com o entra e sai dos contratos a prazo. A utilização sistemática de contratos de emprego de inserção e, portanto, vamos objetivamente dar contributo para a estabilidade no emprego destas pessoas que, obviamente, é muito importante para qualquer pessoa, mas neste setor da Educação, lidar com os nossos alunos, é particularmente importante.

Quanto ao terceiro ponto. É um ajuste direto que fazemos à Veolia, no âmbito do contrato que temos com a Veolia para activar a operação de recolha seletiva de resíduos, que vai começar pelo canal horeca, restauração, cantinas, hospitais, portanto os grandes produtores de Bio-resíduos. Obviamente que vamos pagar mais. Mas sendo que vamos também deixar de pagar o valor da recolha do destino final destes resíduos, que até hoje e até a operação começar, são colocados nos contentores de resíduos indiferenciados. Os tais

contentores cinzentos e, portanto, esse valor vamos deixar de pagar. Vamos pagar outro valor mais alto, porque, obviamente, operação de recolha porta a porta é naturalmente mais caro. Vai ser uma operação muito importante para tirarmos ilações, para tirarmos aprendizagens, para ir afinando essa operação e, obviamente ela é de capital importância para o passo seguinte, que é a universalização da recolha seletiva dos bio-resíduos.

Isto depois mistura-se com outras frentes de trabalho que estamos a fazer com a comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, com a ERSUC, que é a entidade que recebe os nossos resíduos indiferenciados e também é a entidade que se está a capacitar para preparar para vir a receber os nossos Bio-resíduos no âmbito do contrato que temos com a com a ERSUC.

O ponto quatro. É uma decisão muito administrativa que nós não sabemos explicar, porque não percebemos bem porque é que o Tribunal de Contas quer isto. Mas, enfim, no âmbito do Visto do Tribunal de Contas deste concurso de pavimentações, de vários arruamentos na freguesia de Cacia e no lugar de Nariz, enfim, entendeu o Tribunal de Contas que o ajustamento dos valores que estão referenciados, dos valores da empreitada que estão referenciados para o ano de 2021 e vão até ao ano 2022, tem de ter uma decisão da assembleia municipal. É a primeira vez que o Tribunal faz isto. Isto acontece muitas vezes quando lançamos uma obra, perspetivamos que ela vá visto no mês X e, portanto, o planeamento financeiro, a distribuição financeira está feita de uma maneira, e quando chegámos a esse momento, enfim, houve mais um mês ou menos um mês ou 2 ou 3 e, portanto, é preciso ajustar. E sempre os serviços financeiros fizeram esse ajustamento e sempre tivemos os Vistos. Desta vez, neste Visto, o Tribunal de Contas fez várias perguntas, já respondemos a todas, aliás, o último ofício está no processo, e entende que esta matéria tem que ter uma deliberação da Assembleia Municipal.

Portanto esta é a história do processo. É um entendimento novo e único até hoje em processo de Visto do Tribunal de Contas, mas pronto. É uma questão tão simples quanto esta e trazemos à Assembleia de forma tranquila, para que possamos fazer este ajustamento na definição dos compromissos plurianuais para que segunda-feira a resposta a esta questão que o Tribunal nos colocou possa seguir para o Tribunal de Contas e seguramente termos o Visto para depois o empreiteiro que ganhou esta obra possa fazer os atos preparatórios para que a obra possa vir a seguir.

Portanto são estas as questões para introdução aos 4 pontos. Obviamente, estarei ao dispor de todos para as questões que entendam por bem colocar em qualquer um deles. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰¹⁹

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁰

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Senhor Presidente a construção deste troço parece-nos relevante, na medida que vai esvaziar a antiga N230 de trânsito intenso e de trânsito pesado, e, portanto, desse ponto de vista parece-nos positivo.

De igual modo e uma vez que falamos aqui de investimentos parece-nos também relevante que as populações que durante anos a fio tiveram de conviver com este trânsito pesado, verem as suas comunidades atravessadas por trânsito rodoviário, que sejam compensados pela sua diminuição de qualidade de vida. E, portanto, defendemos uma reconversão deste traçado, de forma a pensar com as pessoas, com essas populações que aí habitam, uma reestruturação desse troço que possa beneficiar a vida em comunidade e de alguma forma aligeirar o que representa esta estrada nestas populações. Falamos de uma reestruturação

que contenha a construção de passeios onde eles actualmente não existem, onde possam existir zonas de coexistência, onde haja barreiras efectivas a trânsito rápido, e onde acima de tudo as pessoas que vivem esses espaços públicos possam ter uma palavra a dizer o que é a convivência em comunidade. Uma vez o troço terminado entre Águeda e Eixo, o trânsito pesado seja proibido nessas populações ao nível residual ao máximo. Dizer também que esta colaboração intermunicipal deve ser vista como o principio de outras metas municipais como por exemplo a reconversão da linha do Vouga tão importante para as populações de Aveiro e Águeda. Este consenso da mobilidade é essencial dentro do município e também, será consensual que a intermunicipalidade é o futuro e deve ser encarado com a mesma seriedade e a mesma seriedade financeira que foi usada neste troço rodoviário Eixo/Águeda.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, eu também irei fazer uma intervenção relativamente a todos os pontos.

Relativamente aos dois primeiros pontos entendo que eles reforçam a colaboração entre governos e autarquias. Um processo de descentralização que está a correr bem. Outros há que o Governo se esqueceu dos Decretos que fez e estão parados. É pena que funcionem estes processos a velocidades diferentes e normalmente com prejuízo para as populações.

Portanto obviamente que este eixo Aveiro/Águeda é um desejo antigo de todos. Cada passo que damos estará mais próximo, mas devemos ter a consciência que o mais próximo será uns anos e que as populações onde passa o trânsito hoje continuarão a ter e depois da via concluída obviamente. Mas há muitas indústrias que estão à face da N230 e, portanto, têm de ser abastecidas e têm de escoar as suas mercadorias por algum lado até poderem chegar à estrada nova. Portanto esta utopia de proibir trânsito pesado só pode existir na cabeça de quem não faz ideia nenhuma de por onde é que a estrada actual passa e a necessidade que existem neste percurso.

O ponto três é o principio de um processo que mais tarde ou mais cedo nos irá afectar a todos na nossa vida doméstica. Que será também o reflexo que contestamos também, que é o pagamento de uma taxa em função do consumo de água que é algo que também não faz nenhum sentido.

E provavelmente quando começarmos a separar os bio-resíduos haverá novas formas de cálculo. Os problemas que temos é que as casas autorizadas são cada vez são mais pequenas e o espaço para guardar em casa até serem levados, e cada vez são mais resíduos que trazemos do hipermercado. Já algum tempo falei na quantidade de resíduos que cada um de nós tem de separar quando traz as compras e, qualquer dia, temos de ter um compartimento na casa só para manter os diversos resíduos até os podermos levar aos respectivos contentores. Mas naturalmente que estamos de acordo que este passo seja dado. Do ponto quatro nada a dizer. Em todos iremos votar a favor. Disse.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

“Relativamente ao ponto em concreto estamos a falar de uma abordagem administrativa e, portanto, vinha só dar nota que o que está subjacente a este ato de ajustamento orçamental é de facto uma boa notícia para as populações de Aveiro e Águeda. Não só em termos de trânsito pesado, mas também sobretudo na grande mobilidade que existe entre ambos os concelhos através da troca de pessoas que habitam e trabalham e, portanto, haverá benefícios mútuos obviamente para a construção deste troço.

Gostaria também de dar nota que importa não esquecer a vertente rodoferroviária que é também uma forma de ligação amiga do ambiente e mais eficaz do ponto de vista do transporte de pessoas em detrimento do uso de viatura própria. Portanto há também esse desafio em cima da mesa.

E uma nota final para a colaboração intermunicipal, mas também para o forte papel do Governo através do Senhor Ministro das Infraestruturas que definitivamente que colocou este projecto no papel e posteriormente os passos que estão a ser dados torná-lo-ão irreversíveis e, portanto, ele passará definitivamente do papel para o terreno a curto prazo. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Este ponto do Aveiro Águeda, estamos aqui a falar da criação de uma rúbrica sem custos, sem financiamentos. É uma importante obra muito querida de todos. De cá e de lá. Pode criar mais sinergias industriais que traga para o Porto de Aveiro e para Aveiro e torne mais fácil a sua saída. Esperamos que desta vez consigamos ultrapassar a placa colocada na rotunda do Millennium em Travassô, que tem mais de 10 anos e que foi o lançamento da primeira pedra da obra do Aveiro/Águeda.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“Senhor Presidente muito obrigado, muito obrigado a todos. Rui Alvarenga, dizer o seguinte. Hoje é dia de agradecimentos e temos que agradecer a tantos autarcas, a tantos deputados do nosso círculo eleitoral que, ao longo de mais de 30 anos lutaram por isto. Com muito nervosismo, com muita gana, com muita negociação. Vendo Ministros uns atrás dos outros a anunciar a tal coisa ridícula da colocação da pedra lá, para fazer a marcação do início da obra, enfim. É exatamente o contrário do que você disse. Se formos lá com a calma do PAN não vamos a lado nenhum. E, portanto, é preciso agradecer. Porque chegámos aqui, e o aqui, é este processo estar na mão de duas câmaras. E já estou a responder ao Filipe Guerra e tem a sua razão como é evidente. Agora se isto fosse com a calma do PAN não íamos a lado nenhum. Está aqui muita luta, muito dinamismo, de muitos autarcas de Águeda, de Aveiro e da região de Aveiro. Porque nós os Presidentes de Câmara da CIRA, somando os autarcas nossos colegas da Assembleia Intermunicipal, colocámos esta matéria quando fizemos o plano intermunicipal de mobilidade e transportes da região de Aveiro. Tem 10 anos. E colocámo-lo na linha da frente. Não como objectivos apenas da do município de Águeda e de Aveiro, mas da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Portanto esta é a verdade e não é aí a calma do PAN. Olhem ser for com calma iremos estar mais trinta anos à espera do Aveiro/Águeda. Há uma coisa que é muito importante que todos saibam. Vai dentro do concurso que estamos a ultimar para ser lançado, que é para contratar projetista, vai dentro o estudo de impacte ambiental. Portanto, não há volta a dar ao abrigo da lei portuguesa e da lei comunitária. Este projeto tem que ter estudo impacte ambiental. Embora isto já está mais que estudado. Porque o traçado é o traçado que está no PDM de Águeda e no PDM de Aveiro, não há mais traçado nenhum. Ninguém vai estudar traçado novo nenhum. Enfim, no estudo de impacte ambiental lá se vai ter que fazer aquela coisa do faz de conta do traçado alternativo e que já foi estudado no estudo de impacto ambiental de há uma carrada de anos, porque isto já teve um estudo de impacte ambiental há uma carrada de anos.

Mas, portanto, dar essa nota que o concurso que vamos lançar vai contratar projetista, que tem que fazer nomeadamente as coisas base, como o levantamento cadastral e topográfico e

tem que fazer novo estudo de impacte ambiental e, obviamente, todas as matérias serem de novo analisadas. Mas ó Rui já chega de estudos. O traçado está mais que estudado. As questões ambientais estão mais que cadastradas e, obviamente, vamos fazer a revisão da matéria do estudo, pois com certeza, temos que fazer, temos que atualizar a informação porque já tem uns anos, já é velha, mas é neste quadro que o projeto vai ser lançado sobre um traçado que está mais que discutido. Seja no PDM de Aveiro seja no PDM de Águeda, não houve alterações.

Na última discussão fizemos sobre esta matéria, tivemos uma alteração que foi acabar com aquele absurdo ou dois absurdos, embora um não tenha a ver com o PDM, tem a ver com as decisões que tomámos nos termos de referência do projeto. No PDM o absurdo que acabámos foi que as duas vias Aveiro/Águeda e A17 passava uma por cima da outra, sem darem a possibilidade aos utilizadores de mudarem de uma para a outra. Coisa completamente absurda. Quer dizer, os camiões que vêm na A17 e querem ir para a zona industrial de Eixo/Oliveirinha tinham que continuar a fazer aquilo que já fazem hoje, não se ia cumprir o objetivo que a Rita definiu muito bem, que é o objetivo de termos menos tráfego em Eixo e o camião que vai para a RODI ou para a Pavicentro, que deixe de uma vez por todas de andar pelo centro urbano de Eixo. Terá que passar em Azurva, mas, portanto, a lógica que pusemos no PDM foi fazer uma alteração naquela ponta do traçado, para usar a infraestrutura que já existe do nó que existe de São Bernardo/Oliveirinha, e depois seguimos em linha paralela à A17, para chegar à zona industrial de Eixo.

A outra nuance que é muito importante, mas essa já é uma decisão nossa, das equipas políticas e técnicas das três entidades envolvidas no trabalho, as Câmaras e as infraestruturas de Portugal que estão a trabalhar dentro da equipa e temos sido uma equipa excelente, é que desenterramos a via. A via tinha ali na zona da Quinta do Gato em Santa Joana, tinha uma quota que andava entre os 8 e os 10 metros em relação à superfície. Tinha as suas justificações técnicas, mas tinha os seus inconvenientes. Nós acabámos com isso e a via vem para a superfície, para a cota dos terrenos. Enfim, haverá alguma modelação do terreno, mais metro, menos metro. Mas é mais metro, menos metro, não é mais 8 para baixo.

Isso para que ela seja também importante na estruturação da rede viária de uma zona importante do nosso município que é toda esta faixa das freguesias de Santa Joana e São Bernardo, Oliveirinha, Eixo/Eirol. E depois, também para as áreas da freguesia de Travassô. Portanto é este o exercício para que ela também nos seja útil e nos livramos de alguns problemas ambientais que causava. Tem também os seus inconvenientes? Pois com certeza, tudo na vida tem inconvenientes. Se tivesse de ir a -8 metros tinha impactos ambientais brutais, nomeadamente na toalha freática daqueles campos agrícolas, teria vantagens ao nível do ruído. Mas hoje já há outros sistemas para resolvermos o problema do ruído, como é sabido não há para as toalhas freáticas.

Filipe. Isto vem agora porque é só agora que pode vir. E é bom que tenhamos toda a consciência que nós ainda não estamos a trabalhar formalmente no âmbito do PRR. Nós estamos ainda a trabalhar formalmente no âmbito do tal acordo entre o IP e as duas câmaras. Em que o IP assumiu 85% do custo do projeto e as duas câmaras assumiram 15% e depois entre nós, acordámos dividir meio/meio. É o único acto formal que nós temos para poder fazer outras formalidades. Uma das quais já está praticada pelos dois executivos. Foi a criação do agrupamento de entidades adjudicantes. Agora temos que preparar os orçamentos e a seguir lançarmos o concurso.

Estamos a fazer isto tudo não com o PRR, mas com o tal protocolo formal. Iremos assinar um contrato com o PRR claro, mas ainda nem as minutas recebemos.

Mas obviamente que há aqui um espaço de confiança de que o que está escrito no PRR é para cumprir e vamos acreditar. Mas não é este o acto formal porque ele não existe. Vai

haver um contrato, mas ele ainda não existe. E portanto, todos os passos que estamos a dar estão no seu tempo certo. Há quatro meses este passo não podia ter sido dado. A Câmara de Águeda, por exemplo, já tem rubrica, não precisa de fazer a revisão que estamos aqui a fazer porque quando fizeram para o Orçamento de 21, colocaram-na, pronto. O auto de fé Presidente Jorge Almeida foi bem maior que o meu, que esperei para ver. Mas ainda agora esta proposta que aqui trazemos não tem o PRR formalizado. O que está formalizado é o tal outro acordo. Mas nós fazemos isto pelo outro acordo formal e chega perfeitamente para a decisão que trazemos à assembleia municipal, mas vamos ter o contrato do PRR, para dizer ok, já não é o IP que vai pagar 85% do projeto, já não são as Câmaras que vão pagar 7,5% cada uma, será o PRR que irá pagar os 100%.

Filipe isto não tem atraso nenhum. Eventualmente até tem algum adiantamento. Não temos a certeza, mas estamos a ver se conseguíamos que o lançamento do concurso pudesse acontecer ainda neste mandato, antes das Câmaras perderem capacidade jurídica de tomar decisões de lançamento de concurso.

Como sabeis, ao abrigo da lei, entre as eleições e a tomada de posse, os executivos perdem uma série de poderes e não podem lançar concursos públicos de obras. Qual é a nossa preocupação? É não perdermos mais dois meses, porque o cronograma que o processo tem, é estar tudo formalmente comprometido até final de 2023 e tudo executado e pago até final de 2026. E este não é um cronograma folgado.

A Agência Portuguesa do Ambiente tem um compromisso com o Governo, connosco, que o estudo de impacte ambiental vai demorar 6 meses, que é aquele mínimo absoluto de um estudo. Mas vai mesmo? A nossa experiência diz-nos que (tirando o aeroporto do Montijo) os estudos de impacte ambiental se despistam por aí adiante. O nosso do Baixo Vouga lagunar, que nos foi assumido o compromisso de 6 meses, já passou um ano! E vai ter mais x meses de atraso. E, portanto, o cronograma que nós temos com a nossa CCDR que é a nossa interlocutora em nome do PRR, diz Dezembro de 2025. O nosso cronograma base era Junho de 2025. Mas a CCDR disse-nos para darmos uma almofada de um ano.

E, portanto, é este o quadro em que nós estamos a trabalhar e, portanto, eu vi alguém que está preocupado com as inaugurações, mas os autarcas do mandato seguinte, 2025/2029, serão eles a inaugurar esta obra. Nunca por nunca, por mais que se dê a perna, esta obra nunca estará concluída antes de Outubro de 2025. Portanto tranquilos, esta não será uma das inaugurações do próximo mandato. Estamos com grande convicção que será uma inauguração do mandato 2025/2029. Eu cá não estarei de certeza absoluta. Já em relação ao meu colega Jorge Almeida que é um rapaz novo, ele poderá estar em termos do quadro legal ele poderá ser Presidente da Câmara de Águeda no mandato 2025/2029. Eu não serei Presidente da Câmara de Aveiro no próximo mandato. Tal como a Capital Europeia da Cultura. Estamos numa luta dura para ganhar, mas 2027 pertence ao mandato 2025/2029.

Diz o Filipe e bem, devia ser o Estado Central a fazer isto, não são as Câmaras. Absolutamente de acordo. Mas a verdade é que o Estado Central nunca fez coisíssima nenhuma nos interesses das autarquias neste Governo que já leva uma carreira anos. Nem este nem os outros todos que por aqui passaram. E quando nos foi dito, vocês assumem isto? Nós que andamos na tal luta estes anos todos só podíamos ter uma resposta – claro que sim. Há algum problema em gerir esta obra? Bem é maior que as do costume, mas não é nada de mais. Nós assumimos.

E o que é que o Estado Central nos disse a nós! Olhem se formos nós a fazer a gestão da obra não vamos conseguir cumprir os prazos porque o Ministério das Finanças vai em barracar isto um ano ou dois, por isto e por aquilo e, portanto, ou são vocês a fazer ou se ficar na nossa mão, nós não vamos conseguir fazer. Portanto Filipe resposta pronta. Nós assumimos não há problema nenhum. É apenas mais uma obra para gerir.

Rita Batista, não concordo consigo. O Aveiro/Águeda é uma variante não urbana. Não há passeios, não há pistas de bicicletas, não há corredores de bus. Estamos a falar de uma variante não urbana, com as condicionantes reais de uma variante. Aquilo que disse bem é que terminado o Aveiro/Águeda pode ser proibida a circulação de pesados que não vão fazer cargas ou descargas na zona urbana, a nossa intenção é proibir a circulação de pesados na passagem por Eixo, vem enfim, pode haver ali também um eixo Azurva/Esgueira. Mas proibir exceptuando quem faz operações de cargas ou descargas. Depois de cumprida essa operação pois com certeza. Eu julgo que quem cá estiver pode iniciar essa execução.

Em relação às outras questões da linha do Vouga. São lutas que temos feito. Obviamente que o Aveiro/Águeda não é o início da cooperação entre municípios da nossa região. É exactamente o contrário. Foi possível em termos da Comunidade Intermunicipal duas Câmara terem iniciado a luta pelo Aveiro/Águeda porque temos uma cultura de cooperação intermunicipal com quase trinta e dois anos de excelência reconhecida como o que de melhor o país tem. E por isso a coesão é tão forte que nós somos capazes de nos juntar e fazer uma obra destas. Mas não é o início de nada, é apenas uma possibilidade que nós temos. A linha do Vouga é uma luta que está também colocada naquilo que é o nosso plano intermunicipal de mobilidade e transportes, que neste momento está em revisão, mas obviamente que ainda não tivemos sucesso. Mas, como bem diz a tradição, a luta continua.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou⁰²⁶ à votação o Ponto 1 – Apreciação e votação da 2ª Revisão do Plano e Orçamento 2021, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PSD14+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 2 – Apreciação e votação da Alteração do Mapa de Pessoal 2021 Recrutamento de Trabalhadores - Necessidades Permanentes dos Serviços e no âmbito da Descentralização de Competências na Área da Educação (Pessoal não docente).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/09/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa, solicitou aos grupos municipais⁰²⁷ que fizessem a sua inscrição, na medida em que o Presidente da Câmara no ponto anterior fez a apresentação do documento.

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara. Naturalmente que o PCP é a favor deste procedimento. Até por alguns motivos que o Presidente de Câmara elencou sobre o tema. A necessidade de combater as várias formas de precariedade existente no Estado Central nas suas relações laborais. Não queria era deixar de fazer uma nota neste tema. Nas vagas que se colocam quer nas de assistentes técnicos, quer de assistentes operacionais, chamo a atenção que são um conjunto significativo de trabalhadores que por lado é relevante por um motivo que o PCP já aqui chamou à atenção no passado, que tem a ver com o envelhecimento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Aveiro. Este é um momento que pode contribuir para combater esse quadro que já foi elencado por relatórios apresentados na Assembleia.

A segunda ideia que queremos aqui deixar claro é que estamos a falar de um conjunto enorme de vagas de trabalho com salários muito baixos. É importante dizer isto, porque efectivamente estes irão baixar aquilo que é a média dos salários na Câmara Municipal. São postos de trabalho necessários, com um nível de salários muito baixos, que não permitem uma vida tranquila a estes trabalhadores. E não podemos deixar de o dizer, objectivamente o estado central continua a ser um agente que em larga medida contribui para aquilo que é um país em franco empobrecimento porque na sua maioria os seus trabalhadores estão sujeitos a salários muitos baixos e com isso no limiar da pobreza. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Senhor Presidente devo lembrar que no início do mandato de há oito anos atrás uma das frases foi que havia trabalhadores municipais a mais. E o que verificamos oito anos passados é que não é bem assim. Temos que dizer que em relação a esta matéria nós discordamos do modelo. Continuamos a defender que deve ser o estado central a contratar para a educação. E por lado sendo uma descentralização permite à Câmara a contratação, mas nada nos garante que se a situação económica da Câmara piorar se esses postos de trabalho não serão concessionados ou não serão externalizados, como já aconteceu com as águas, com os transportes e outras competências. Apesar de acompanharmos de haver a necessidade de recursos humanos necessários para a demanda das escolas, não podemos deixar de discordar do modelo que continuamos a dizer que deveria ser uma competência do Estado Central.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Portanto estamos aqui na presença de uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal. Houve um concurso para a criação de contratos estáveis nas escolas e não a criação de trabalho precário. Mas temos uma pergunta para fazer ao Senhor Presidente. Esta é a segunda fase dum concurso e a dúvida que nos apraz é se com o início das aulas e se constatar que o rácio estabelecido pelo Governo é insuficiente estará a Câmara Municipal de Aveiro em condições depois de suprir essas carências?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[031](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 – Apreciação e votação da Alteração do Mapa de Pessoal 2021 Recrutamento de Trabalhadores - Necessidades Permanentes dos Serviços e no âmbito da Descentralização de Competências na Área da Educação (Pessoal não docente), sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PSD14+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta “Recolha Seletiva Porta-a-Porta (PaP) de Biorresíduos no Setor não Doméstico e Respetiva Campanha de Sensibilização e Educação Ambiental” – Abertura de Procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na Cláusula 22.ª do Programa de Procedimento do Concurso Público Internacional n.º 07/17 – “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/08/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa, solicitou aos grupos municipais⁰³² que fizessem a sua inscrição, na medida em que o Presidente da Câmara no ponto anterior fez a apresentação do documento.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰³⁴

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados, senhor Presidente de Câmara e demais vereadores. Penso que não será surpresa para ninguém que o PCP seja contra esta posição da Câmara Municipal de Aveiro. Nós de facto somos contra a externalização e concessão de serviços que nós consideramos que devem ser da esfera das autarquias locais. E sobre o caso concreto em análise tecer duas considerações muito rápidas.

Primeira. O PS colocou na Câmara um aspecto importante que é por que é que este negócio é feito por ajuste directo e não por concurso internacional? Se bem que, há aqui uma diferença entre nós e o PS. É que nós de facto, esta questão só por si, não seria suficiente para aderirmos a este negócio. De facto, consideramos que isto é um serviço que deve ser feito pela autarquia.

Duas notas. A Veolia até hoje no município de Aveiro já tem larguíssimos meses de concessão de serviços a mais. E como o PCP aqui tem trazido, até na última sessão da Assembleia Municipal, há vastíssimos casos de insuficiências dizer assim para não carregar nas tintas, facto à qualidade de serviço que esta empresa tem prestado ao município de Aveiro e aos seus munícipes. Mesmo admitindo esta concessão, esta empresa deveria ter ficado num factor referencial de pouca qualidade perante o mercado.

Terceira nota. Há aqui uma coisa que fica estranha. Esta empresa deveria ficar responsável pela sensibilização para esta recolha! Esta preocupação desta empresa é apenas o seu dinheiro, o seu lucro. E também nos parece que de facto esta é mais uma competência que devia ser colocada a quem faz a recolha, numa esfera de uma política municipal de ambiente, salubridade, higiene pública. E não ficar parcelado com os senhores da Veolia que naturalmente lhes dará imenso jeito que os aveirenses lhes façam o trabalho por eles. Tenho dito.”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Senhor Presidente, cabe aqui fazer um resumo do que estamos aqui a discutir. O Senhor Presidente da Câmara com este contrato pretende comprar equipamento, nomeadamente uma viatura especializada para fazer a recolha dos bio-resíduos, ou seja, com dinheiros públicos adquire o material que depois se declara incompetente para operar e contrata a outros esse serviço, sem concurso público, pelo valor de 1 milhão de euros, e cujo operador com a recolha dos bio-resíduos, essa mesma recolha é um ganho para a própria empresa. Devo lembrar que os bio-resíduos constituem um negócio a nível nacional na ordem dos 60 a 70 milhões de euros.

Portanto estamos no pleno do jackpot mais uma vez para uma empresa privada. Não é a primeira vez à Veolia, mas o Senhor Presidente agora consegue fazer o pleno do negocio.

Sabemos que o Senhor Presidente gosta de dar este tipo de borlas ao privado. Já o vimos fazer isso nos transportes, já o vimos na própria concessão da recolha de resíduos e agora repete o modelo.

É preciso lembrar que o governo tentou entregar de forma gratuita à Mota Engil o negócio dos bio-resíduos. Foi travado por pressão pública através do regulador ERSAR, mas também na Assembleia da República pelo deputado Nelson Peralta do BE. Ribau Esteves copia o modelo, mas enquanto o Governo tentava que fosse uma cedência gratuita, Ribau Esteves predispõem-se a pagar mais uma vez, num negócio que a nível nacional representa 60 a 70 milhões.

Nós defendemos que de facto haja um serviço público de recolha de bio-resíduos, não só na restauração, mas também casa a cada a nível domestico. Defendemos que esse é o caminho, não havendo um gasto excessivo com a TGR. Havendo mais separação não haverá tantos lixos a irem para aterro e isso consegue-se através da recolha de bio-resíduos porta a porta. Mas só será vantajoso se de facto for um serviço público. Se continuarmos a dar esta borla a privados, num negócio dado a privados, estaremos sempre no prejuízo enquanto cidadãos. E devo lembrar que o Senhor Presidente já tinha dito até que as taxas, imaginem, teria que aumentar. Não tem que aumentar! O sistema tem de ser diferente. A aposta tem de ser num serviço público que faça esta recolha porta a porta, não só para restaurantes e hotéis, mas também a nível domestico. E nunca entregar a privados, nunca pagar por um serviço que pode ser feito a nível municipal e com ganhos também financeiros.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

“Muito breve. Só para dizer que o voto contra do PS se justifica pelo facto de entendermos que este procedimento deveria ser submetido a concurso e não entregue por ajuste directo. A não ser por uma justificação muito forte para que isso assim aconteça. Mas não vislumbro que o Senhor Presidente a tenha.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

“Sobre este ponto da recolha selectiva da recolha de bio-resíduos a bancada do PSD irá votar favoravelmente porque entende que ela além de ser uma novidade pode ser um projecto para num futuro ser alargado a todo município e a todos os municípios.

Quanto ao ajuste direto. É a empresa que está no sítio é a empresa que conhece os sítios e daí pode vir alguma vantagem da efectivação do serviço.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[039](#)

“Senhor Presidente muito obrigado. Enfim, porque é que São Jacinto está de fora. Porque todo este processo se baseia num estudo feito pela Agencia Portuguesa do Ambiente, que é o trabalho que o POSEUR seguiu para fazer as definições de elegibilidade. Tem a ver com quantidade de produção, enfim há um conjunto de parâmetros técnicos que o Rui pode consultar na Agencia Portuguesa do Ambiente. Que repito serve de referencia à gestão do país e ao nosso financiador. Nós temos um financiador para esta operação que é o POSEUR.

O que é que vamos fazer para que naquela freguesia possa haver um trabalho a este nível, primeira fase no canal Horeca e depois como base de apoio quando passarmos à expansão é aquilo a que o próprio estudo da APA chama e caracteriza tecnicamente como compostagem comunitária. Portanto é este o quadro. Eu sei que já estava por aí mais uma dessas efabulações, lá estão eles a prejudicar São Jacinto. Mas não. É um estudo muito

correcto, muito sério, com o qual nós concordamos porque tecnicamente tem lógica, feito por uma entidade do Estado, enquadrada no Governo do país, dirigido pelo Partido Socialista e com o apoio efusivo do PAN.

Em relação à questão do ajuste directo dizer o seguinte, com toda a clareza. Podemos discordar obviamente do PCP, do Bloco de Esquerda, que acham que a Câmara é que devia ter os camiões e os trabalhadores, tudo bem. É um modelo diferente. Em relação a esse assunto a conversa está feita. Já a fizemos tantas vezes aqui nos debates da nossa assembleia municipal.

Obviamente que a Rita Baptista tem sempre aquele problema que é, muito bem, não há qualquer município exemplar para o BE, enfim. Será que na Coreia do Norte ou na Venezuela, que são os países exemplares do mundo em que os bio-resíduos são bem geridos? Olhe exorto-a a saber como é que se faz lá e vai seguramente ter vergonha de como se faz lá na gestão dos bio-resíduos na relevância da gestão dos bio-resíduos para o planeta.

Portanto deixar clara apenas o que está escrito na proposta. O programa de procedimento do nosso concurso, na sua clausula vigésima segunda, e o programa de procedimento é a base sobre a qual depois assentou o contrato que assinámos e está visado pelo Tribunal de Contas, aquilo que define, é o artigo 27.º do Código de Contratação Pública, é com este quadro jurídico que nós tomamos a opção do ajuste directo.

Qual é a questão técnica e material? O resíduo que agora vamos manusear recolhendo-o de uma forma diferente, selectiva, é o resíduo do nosso contrato com a Veolia. É um dos, porque estão lá vários tipos de resíduos no grupo dos chamados resíduos indiferenciados. E, portanto, este é um deles.

Teríamos seguramente um problema legal se nós fôssemos fazer um concurso público porque aí teríamos que indemnizar a Veolia por lhe retirarmos uma parte do contrato. Portanto este é o quadro legal. É aqui que nós estamos com toda a normalidade. E com toda a transparência e legalidade. Sabendo que, julgo que sabeis, o acto administrativo posterior à aprovação da Assembleia é o Visto do Tribunal de Contas. Portanto quanto à legalidade estamos falados.

Mas o Rui Alvarenga acha que é uma coisa que tem de acontecer rapidamente. Lhe garanto que se fôssemos fazer um concurso publico para esta operação, com a litigância que continua a existir em todos os concursos públicos do país, nos resíduos, eu não sei se em três anos teríamos a conclusão do processo. Nós também tivemos a nossa, lembram-se? E portanto, tirando a questão legal que é o que aqui interessa, não pode ser de outra maneira. E depois vejam o exemplo de outras Câmaras, de todos os partidos, mas já são várias as que estão a trabalhar, em procedimentos análogos a estes de contratação.

A outra questão em relação à qualidade. Nós temos consciência e sabemos bem que pontualmente há problemas de qualidade, mas nós temos um prestador de serviços de grande qualidade. Muito bom. Ainda não está na excelência, não está. Mas está num patamar muito próximo. É por isso também que recebemos o prémio de excelência da gestão de resíduos em 2020, respeitante a 2019. Se nós fôssemos aquilo que vocês disseram aqui, como era possível ganhar um prémio de excelência? Ouçam, estamos a falar da entidade reguladora. Estamos a falar de um conjunto de outras entidades que participam no processo de avaliação e decisão liderado pela entidade reguladora.

A questão é que vocês vivem num outro mundo e a entidade reguladora vive neste. Porque obviamente nunca teríamos direito a um prémio de excelência na recolha de resíduos se obviamente a nossa prestadora de serviços tivesse um nível baixo.

Uma outra questão que é importante. E isto é uma luta de vários autarcas. Nem todos concordam com o que eu vou dizer, e temos trabalhado muito com a entidade reguladora desta área, como sabem temos um novo presidente na entidade reguladora, mas temos de

ter um diálogo sobre a maneira como o país tem de mudar o modelo do pagamento dos resíduos. Do pagamento das prestações de serviço. O nosso modelo é quanto nós todos mais lixo produzimos, mais dinheiro ganha o nosso operador! Está bem, mas não é este operador é que vai fazer a sensibilização. Mas há aí uma contradição objectiva neste modelo que o país tem. As nossas empresas são gente séria. A Veolia, a Suma, tantas outras, estamos a falar de empresas competentes e sérias. Recolhem o lixo, quanto mais recolherem mais ganham, mas fazem campanhas de grande nível nas escolas, dirigidas às populações de forma geral, com o objectivo de nos sensibilizar a todos para produzirmos menos. Ou mesmo para em vez de pormos o nosso lixo todo no contentor cinzento, enfim fazermos antes o máximo possível de seleção e colocarmos no ecocentro ou no ecoponto.

A questão que nós temos chamado atenção e nomeadamente a entidade reguladora que aqui é a peça mais importante, é que este modelo tem de ser alterado. E alterar o modelo é do género – alguém produz 100 toneladas de lixo. Então o nosso operador irá ter um ganho por cada tonelada a menos que recolha.

É evidente que temos logo gente a inventar problemas. Ok, o operador para facturar essa tonelada a menos, em vez de entregar o resíduo na UTMB vai despeja-lo ali num buraco na mata. Pronto! Há sempre uma volta a dar a qualquer solução que queiramos implementar. E lá voltamos nós à seriedade. Hoje todos os camiões da Veolia têm mecanismos de georreferenciação e gestão de frota permanente. Nós temos acesso a toda a informação. Tem que se virar a lógica deste pagamento para que a redução da produção seja mais forte. Já temos um incentivo que é a recolha selectiva. Mas não chega. Nós temos crescido na recolha selectiva, mas também temos crescido na recolha de resíduos indiferenciados.

Para terminar, estou aqui à procura, neste processo que vamos executar, nós vamos investir cerca de 400 mil euros. Há uma parte deste investimento que o POSEUR não considera elegível. São cerca de 135 mil euros. E o contributo a fundo perdido, como costumamos dizer e o POSEUR neste processo usa o Fundo de coesão, são quase 200 mil euros.

E, portanto, esta nossa operação está financiada por fundos comunitários e é por isso que nós a sustentamos entre o nosso dinheiro e dos Fundos Comunitários para que a operação corra bem e dele se tire as ilações necessárias para que depois dele possamos passar à fase seguinte.

É evidente que temos estudos em desenvolvimento na Câmara, na CIRA, na ERSUC, trabalho em dialogo com a Entidade Reguladora para todos pensarmos em conjunto e discutirmos bem como é que se vai gerir os bio-resíduos quando passarmos à fase seguinte da sua universalização para recolher na casa de toda a gente e todos os locais onde há produção de resíduos. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁴⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴² o Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta “Recolha Seletiva Porta-a-Porta (PaP) de Biorresíduos no Setor não Doméstico e Respetiva Campanha de Sensibilização e Educação Ambiental” – Abertura de Procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na Cláusula 22.ª do Programa de Procedimento do Concurso Público Internacional n.º 07/17 – “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana”, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD14+CDS6), zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Baptista (BE):

“Senhor Presidente a minha declaração de voto é a minha intervenção inicial”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Voto de vencido nos termos da Lei 75/2013, de 12 novembro:

“Senhor Presidente para que fique registado nos termos da Lei das autarquias que, o voto contra da bancada do Partido Socialista para efeitos de responsabilidades, é voto de vencido.”

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta "Beneficiação de Arruamentos na Freguesia de Cacia e no Lugar de Nariz" - Autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/09/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa, solicitou aos grupos municipais que fizessem a sua inscrição, na medida em que o Presidente da Câmara⁰⁴³ no ponto anterior fez a apresentação do documento.

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁶ o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta "Beneficiação de Arruamentos na Freguesia de Cacia e no Lugar de Nariz" - Autorização para a assunção de compromissos plurianuais, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. (PSD14+CDS6+PS9+BE2+PCP1+PAN1)

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Informação sobre a Atividade Municipal de 22JUN21 a 06SET21.

(A informação Escrita sobre a Actividade Municipal, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁴⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Senhor Presidente, como devo estar em contenção, considero a matéria introduzida, estarei obviamente ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Foi um período muito intenso e longo, de dois meses e meio, é extensíssimo o Relatório da Actividade,

obviamente factual sobre aquilo que fizemos, mas pronto. Fico-me por aqui. Alguma questão que entendam por bem estarei obviamente ao dispor.”

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁵⁰

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵¹

Vogal João Moniz (BE)⁰⁵²

Vogal Rita Baptista (BE)⁰⁵³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵⁴

Vogal João Moniz (BE)⁰⁵⁵

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁵⁷

Vogal Manuel Prior (PPD(PSD))⁰⁵⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁶¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶²

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação pelo Plenário da Informação Escrita.

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁶³ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da Sessão Ordinária de Setembro e última sessão do mandato autárquico 2017/2021.

Eram 24:00 horas do dia 10 de Setembro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)